



SOMOS FEITOS DE VALORES

RELATÓRIO ANUAL 2021



ÍNDICE

3 Editorial

4 Liderança

5 Fórum de Negócios

6 e 7 Nossa Equipe

8 e 9 Agência Luiz Antônio

10 e 11 Integralização premiada

12 e 13 Notas

14 Gráficos de Desempenho

18 Relatório da Administração

20 Demonstrações Contábeis

43 Parecer do Conselho Fiscal

43 Relatório de Auditoria

EXPEDIENTE

COOPERATIVA
DE ECONOMIA
E CRÉDITO MÚTUA
SICOOB COOPERAC

Diretor-presidente:
Cesar Augusto Campez Neto

Aprovação:
Amanda F. De Oliveira Carvalhaes
Jornalista responsável pelo material institucional:
Letícia Tozetti
MTB 31602

Demonstrativos Contábeis:
CNAC
Projeto Gráfico: Simeí Smoler
Tiragem: 600 unidades
Impressão: RiberGráfica
Abril 2022

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Nosso principal resultado é o suporte aos nossos cooperados

Cesar Augusto Campez Neto
Diretor-presidente do Sicoob Cooperac



Depois de um ano de 2020 extremamente desafiador, com a chegada da pandemia, imaginamos que teríamos um 2021 mais tranquilo, em função do avanço da vacinação.

Mas tivemos novos desafios a superar, principalmente em função dos sucessivos aumentos da Selic e pelo crescimento da inflação, dois fatores que encareceram o crédito e prejudicaram muito orçamento das famílias e das empresas.

Na realidade foi um período mais difícil do que imaginávamos, mas graças a Deus, e com o apoio do nosso Conselho e colaboradores, somados à confiança de nossos cooperados, continuamos crescendo.

Tivemos uma evolução considerável em captações e poupança, e conseguimos alcançar metade das metas que traçamos de 2020 para 2021.

Além disso, mesmo em função da queda de arrecadação ocasionada pelo Pix, já que, nas cooperativas esta modalidade

não é tarifada para as empresas, conseguimos cumprir 97% do nosso orçamento.

Colocamos energia extra na comercialização de todos os produtos do nosso portfólio, com destaque para consórcios e crédito imobiliário. Nosso Conselho reconheceu os bons resultados da nossa equipe e premiou todos os nossos colaboradores com o 14º salário.

Mas o saldo mais importante de 2021, sem dúvida, foi a ajuda que conseguimos estender às empresas oferecendo taxas de juros bem abaixo do mercado. Procuramos atender da melhor forma todos os cooperados, MEIs (microempreendedores), pessoas físicas e pequenos empresários.

Para 2022 traçamos um orçamento com metas audaciosas e confiamos que nossa equipe estará muito

motivada para chegarmos lá. Lembrando que agora temos o reforço de nossa unidade de Luiz Antônio, inaugurada em 2021.

Nossa atuação é sempre norteada pelos princípios do cooperativismo. Sem esquecer que sozinhos vamos mais rápido, mas juntos, vamos mais longe.

Antônio Luiz de Oliveira
Presidente do Conselho de Administração



“O cooperativismo nos permite promover a justiça financeira para pessoas e empresas. Desta forma contribuimos com a prosperidade de toda a comunidade.”

LIDERANÇA SICOOB COOPERAC



Conselho de Administração

Valério Veloni, Anselmo José Buosi, Paulo César Garcia Lopes, Francisco Carlos Júlio Pinghera, Antonio Luiz de Oliveira e Dorival Luiz Balbino de Souza



Conselho Fiscal

Márcio Pessolo dos Santos, Moisés de Souza Andrade e Fernando Antonio Ramalheiro



Diretoria Executiva

Cesar Augusto Campezo Neto, Amanda Francine Carvalhaes e Mauricio Donizeti

FÓRUM DE NEGÓCIOS

Cooperac é destaque por conta de resultados durante a pandemia

Em fevereiro de 2022 a Cecresp realizou um Fórum de Negócios e o Sicoob Cooperac foi convidado a participar por conta de sua posição de destaque frente aos desafios apresentados pela pandemia, nos anos de 2020 e 2021.

Nossa diretora administrativa, Amanda Francine Carvalhaes representou a Cooperac e compartilhou com os outros 200 participantes, de outras cooperativas do estado, os obstáculos que precisaram ser superados durante a pandemia de forma rápida e assertiva.

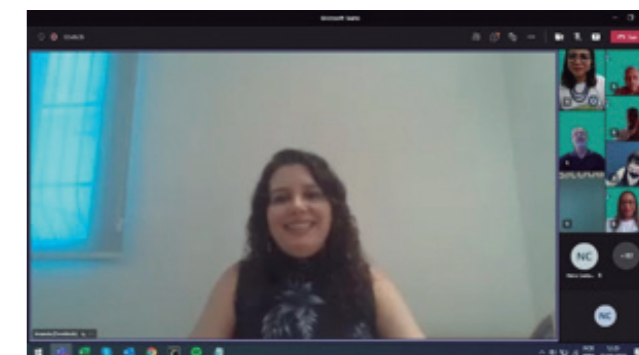
Entre eles, estavam a necessidade do controle da inadimplência, já que muitos cooperados tiveram sérias dificuldades financeiras. As visitas estavam restritas em função da necessidade de conter o fluxo de pessoas e houve revezamento no quadro de funcionários, por conta daqueles que foram acometidos pela doença. Inclusive, com muita tristeza, tivemos o falecimento de um de nossos gerentes, Marcelo Carlo Scofano, o que desestabilizou nossa equipe.

Mesmo diante da situação desafiadora optamos por manter nosso horário de atendimento e conseguimos atender, da melhor forma possível, todos os cooperados que nos

procuraram. Nos esforçamos para manter os protocolos e preservar a saúde de nossos colaboradores.

Nossa missão principal neste período foi trabalhar linhas de crédito especiais para poder atender as necessidades dos cooperados, além de criar opções de prorrogações e renegociações dos empréstimos que já haviam sido contratados.

Fazemos questão de ressaltar que os resultados são frutos do espírito cooperativista que se fortaleceu neste período e permitiu que enfrentássemos os desafios unidos.



Resultados da Cooperac foram apresentados para todos os participantes do Fórum de Negócios

Além de nossas ações internas estabelecemos parceria com a Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto e com o Sincovarp (Sindicato do Comércio Varejista) e CDL (Câmara dos Dirigentes Lojistas). Por meio dela, foram oferecidas linhas de capital de giro para MEIs (Microempreendedores Individuais) e MEs (microempresas) a custo zero.

Para os associados da ACIRP o valor máximo foi de R\$ 10 mil e a ação resultou na liberação de mais de R\$ 2 milhões em crédito. No caso do Sincovarp/CDL o valor máximo por associado foi de R\$ 15 mil e a liberação de recursos chegou a R\$ 665 mil. Os juros e o IOF foram subsidiados pela ACIRP e Sincovarp/CDL.



NOSSA EQUIPE



Ribeirão Preto
Nove de Julho e
Equipe Administrativa ▶



Ribeirão Preto - Ipiranga



Ribeirão Preto
São Sebastião

Ribeirão Preto
Campos Elíseos ▶



Luiz Antônio

Taquaritinga ▶



PRESENTE DE 15 ANOS

Inauguração da agência de Luiz Antônio fortalece atuação regional

Em 2021 o Sicoob Cooperac comemorou 15 anos de trabalho pela disseminação dos princípios cooperativistas. E, para marcar essa data tão importante, preparou um presente especial para a comunidade de Luiz Antônio e para todos os cooperados, já que a inauguração de uma nova agência é sinal de progresso e evolução.

No dia 9 de agosto aconteceu a inauguração de mais uma unidade do Sicoob Cooperac para atender a cidade de Luiz Antônio. O evento contou com a presença de Rodrigo Mello Marques, prefeito da cidade; Alex Roberto Naves, vice-prefeito; e Marcos Simão Perrone, presidente da Câmara de Vereadores.

Também participaram nossos conselheiros, diretores e colaboradores das agências de Ribeirão Preto e Taquaritinga.

Até o momento o Sicoob Cooperac é a primeira cooperativa de crédito na cidade e levou diversos benefícios para moradores e empresas.

Desde os preparativos para a abertura o cooperativismo esteve em prática em vários momentos. Contamos com o apoio das equipes de todas as nossas agências no treinamento dos novos funcionários, e também no revezamento e presença in loco, nas primeiras semanas de funcionamento da nova unidade.

Desde 2006, o Sicoob Cooperac já obteve inúmeras conquistas, com o crescimento da instituição, e maior alcance dos princípios que movem nosso trabalho. Seguimos com o mesmo objetivo de 15 atrás: oferecer a pessoas físicas e jurídicas uma nova experiência financeira, mais justa e igualitária.



Nova agência de Luiz Antônio



Conselho Administrativo



Conselho Fiscal



Inauguração da nova agência mobilizou conselheiros, diretores, colaboradores e autoridades da cidade



Equipe de Luiz Antônio



Nossa diretoria executiva e autoridades de Luiz Antônio



O cooperativismo esteve em prática em vários momentos, como treinamento da equipe para tudo estivesse em ordem para a inauguração.



O prefeito de Luiz Antônio, Rodrigo Mello Marques; nosso diretor-presidente Cesar Augusto Campezo Neto e o presidente do Conselho Administrativo, Antonio Luiz de Oliveira descerram a placa de inauguração.

INTEGRALIZAÇÃO PREMIADA

Campanha durou sete meses e trouxe ótimos resultados para a Cooperac

Entre junho e dezembro de 2021 o Sicoob Cooperac realizou a campanha Integralização Premiada. O objetivo da ação foi fortalecer o capital da cooperativa e incentivar a contratação do produto cotas-partes.

A dinâmica da campanha consistia na concessão de um cupom, a cada R\$ 300 integralizados por nossos cooperados.

Nossa meta era crescer o capital social em R\$ 540 mil durante os sete meses da ação. Mas graças ao empenho de nossa equipe, e uma ampla divulgação em nossos canais digitais, conseguimos um resultado de R\$ 1.692.354,40, sendo que, deste valor, R\$ 582.600,00, foram adquiridos por meio do cotas-partes.

Para motivar nossos colaboradores premiamos os três funcionários que mais venderam cupons com crédito no cartão Cabal.

A ação aconteceu em nossas quatro agências de Ribeirão Preto e no PA de Taquaritinga.

Primeiro sorteio Fritadeiras elétricas:

1. Cristiane Jabor Bernardi
2. Abinapa Artigos para Tapeçaria Ltda
3. Eric Borelli
4. Fernanda Aparecida Gomes de Oliveira
5. Gic Gestão Inteligente Condominia



Segundo sorteio Smartphones:

1. Edilson Luiz De Oliveira
2. Daniela Abadia
3. Andrea Cristina Carrino Sordi, representando a empresa Sordi Cereais Eirelli
4. José Ricardo Tavares Ferreira (Microcrystal)
5. Michelle de Oliveira Rosa, da empresa Embrastec



Terceiro sorteio Smart TVs:

1. Eduardo Polo Miranda, procurador da empresa Elza Romero Miranda Ótica
2. Fernando Sene, representando a esposa Daniela Abadia Sene
3. Luiz Carlos Mazzuca, proprietário da Transportadora Rafla's
4. Luciano dos Reis Atanasio, sócio da RX Publicidade e Propaganda
5. Yago Filiolli Apis



NOTAS

1

PRÊMIO CECRESP

Em abril de 2021 o Sicoob Cooperac foi premiado pela Cecresp na categoria Ranking, entre as cooperativas clássicas de porte grande. A Cooperac ficou em segundo lugar na premiação. Esta foi a quarta vez que conquistamos o troféu.

Os critérios avaliados foram: ativos totais, classificação de risco/indicadores de desempenho financeiro, evolução anual conjunta, relacionamento & metas, índice de aproveitamento de serviços e horas dedicadas a treinamentos.

Essa premiação só foi possível graças ao trabalho árduo de toda a nossa equipe. Que possamos continuar crescendo e conquistando cada vez mais.

2 COOPERADO 7 MIL

Em 2021, completamos 15 anos de história, inauguramos uma nova agência em Luiz Antônio e chegamos aos 7 mil cooperados.

A marca foi representada pelo sr. Roberto Galvão Faleiros, da empresa Galvão Faleiros Sociedade de Advogados, a quem agradecemos pela confiança.

No primeiro trimestre de 2022,

quando estamos finalizando este relatório, já estamos próximos de chegar aos 8 mil cooperados.

Este resultado é fruto do trabalho sério e comprometido de toda nossa equipe em demonstrar às pessoas físicas e jurídicas, os benefícios do cooperativismo de crédito.

3

ATENDIMENTO DIGITAL

Um dos diferenciais do Sicoob Cooperac é o atendimento humanizado, que além de prezar pela qualidade técnica, prioriza o relacionamento empático e atencioso.

E para torná-lo mais dinâmico, a cooperativa lançou o atendimento digital via WhatsApp. Por meio dele, os cooperados conseguem escolher a agência com a qual desejam falar e são direcionados para um de nossos colaboradores.

No menu do whatsapp também é possível ter acesso a tutoriais para realizar algumas operações em nosso aplicativo.

O sistema foi lançado em setembro de 2021 e, até o final do ano, totalizou mais de 1500 chamados.

4

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Um dos princípios do cooperativismo de crédito é promover a educação para a comunidade e, por isso, desde 2019, a Cooperac mantém uma parceria com o departamento de Educação Empresarial, da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto (ACIRP).

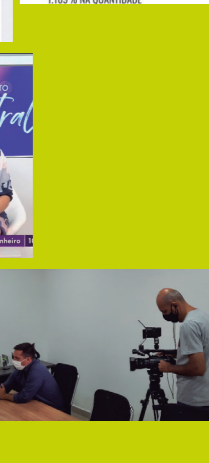
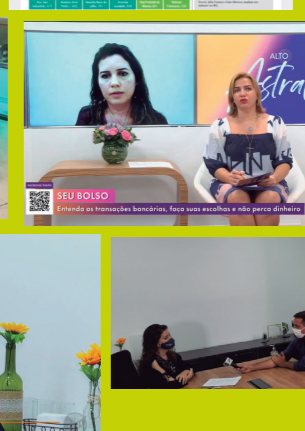
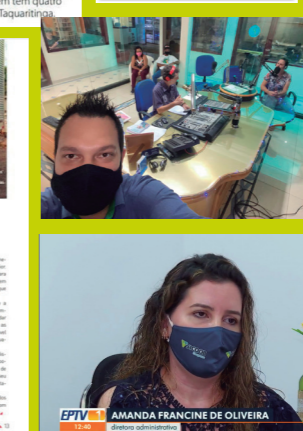
Por meio desta ação, o Sicoob Cooperac subsidia 50% do valor dos cursos para que os empreendedores e seus colaboradores possam ampliar sua capacitação profissional.

5

INVESTIMENTO EM MARKETING

O Sicoob Cooperac realiza um amplo trabalho de divulgação de suas ações em redes sociais e também mantém relacionamento com a imprensa.

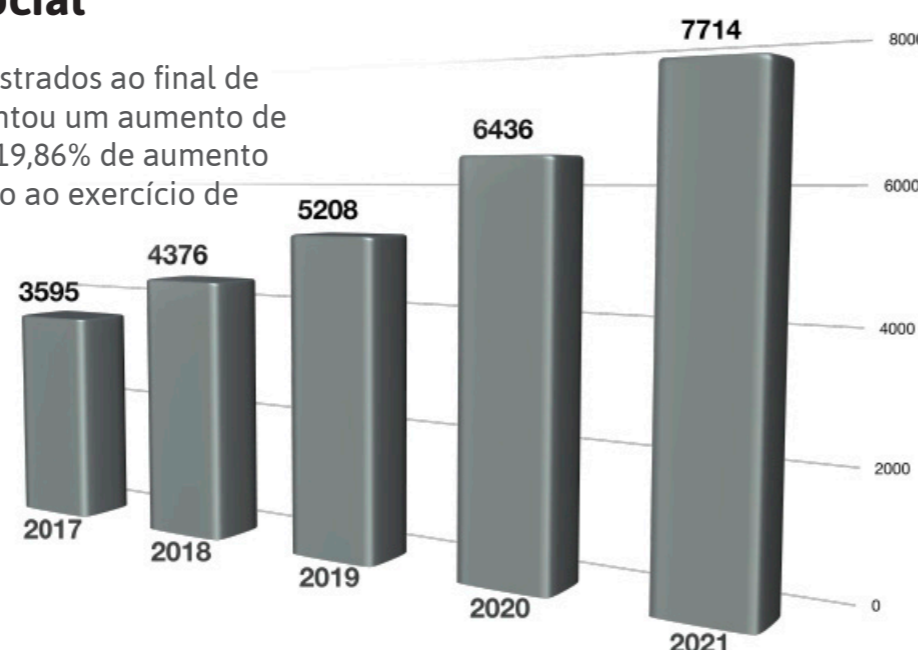
Confira abaixo alguns momentos em que fomos destaque nos meios de comunicação.



GRÁFICOS DO DESEMPENHO FINANCEIRO

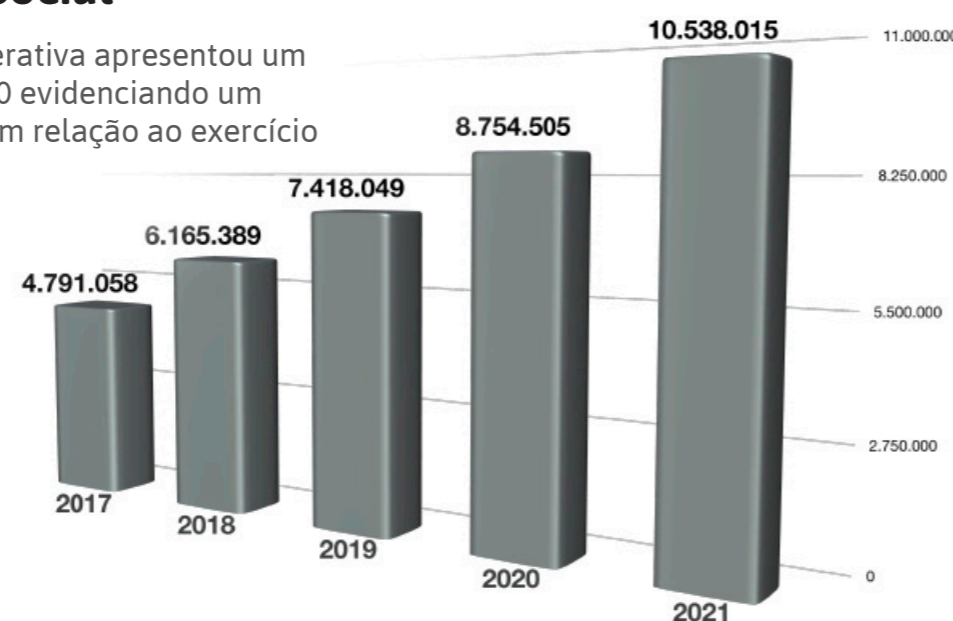
Quadro Social

Com 7714 cooperados cadastrados ao final de 2021, a Cooperativa apresentou um aumento de 1278 novos cooperados ou 19,86% de aumento do quadro social, em relação ao exercício de 2020.



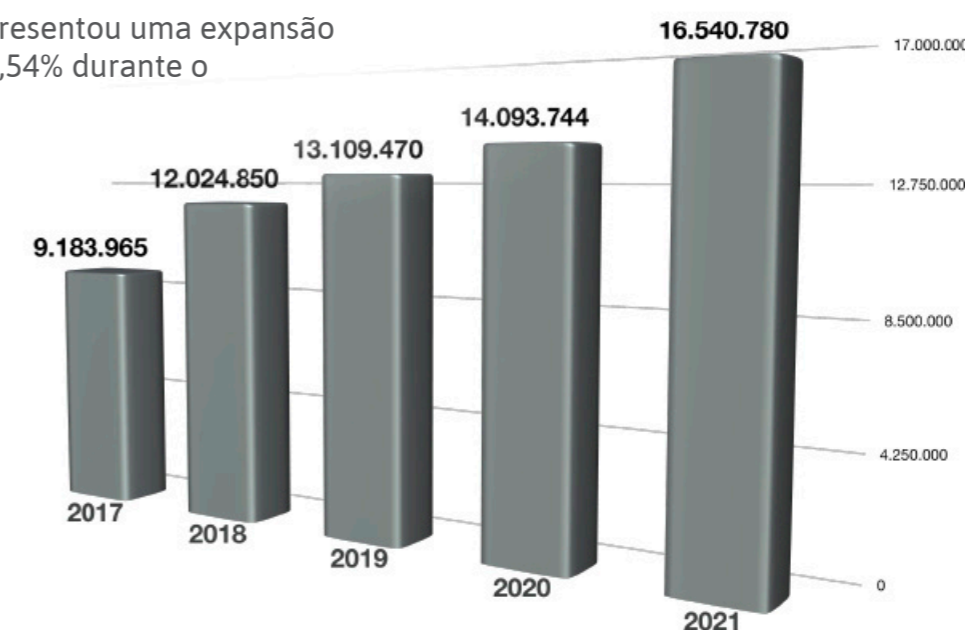
Capital Social

O capital social da Cooperativa apresentou um avanço de R\$ 1.783.510,00 evidenciando um crescimento de 20,37%, em relação ao exercício de 2020.



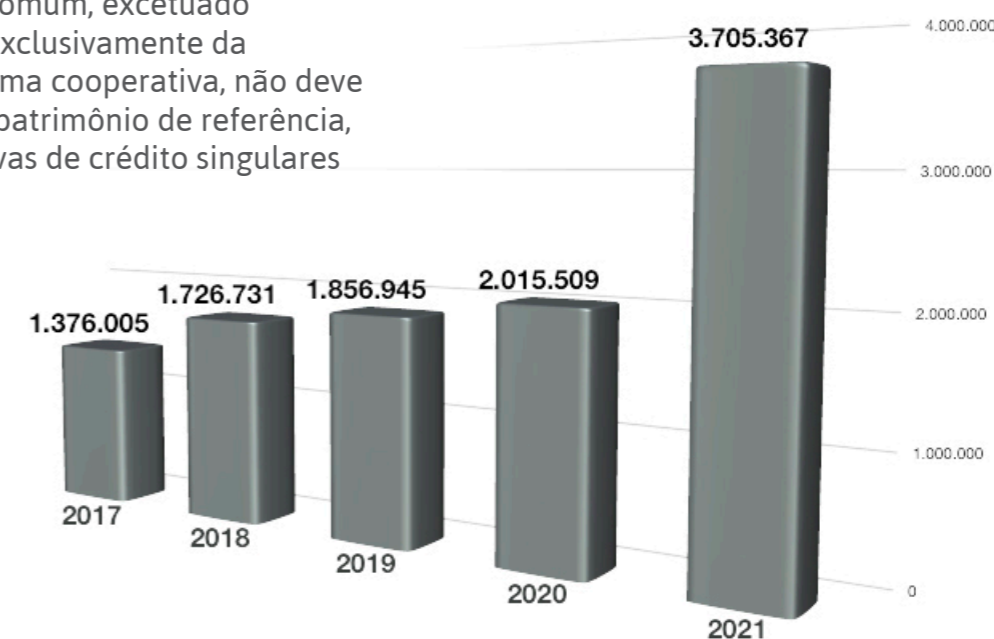
Patrimônio Líquido

O patrimônio Líquido apresentou uma expansão de R\$ 2.224.210,00 ou 15,54% durante o exercício 2021.



Limites

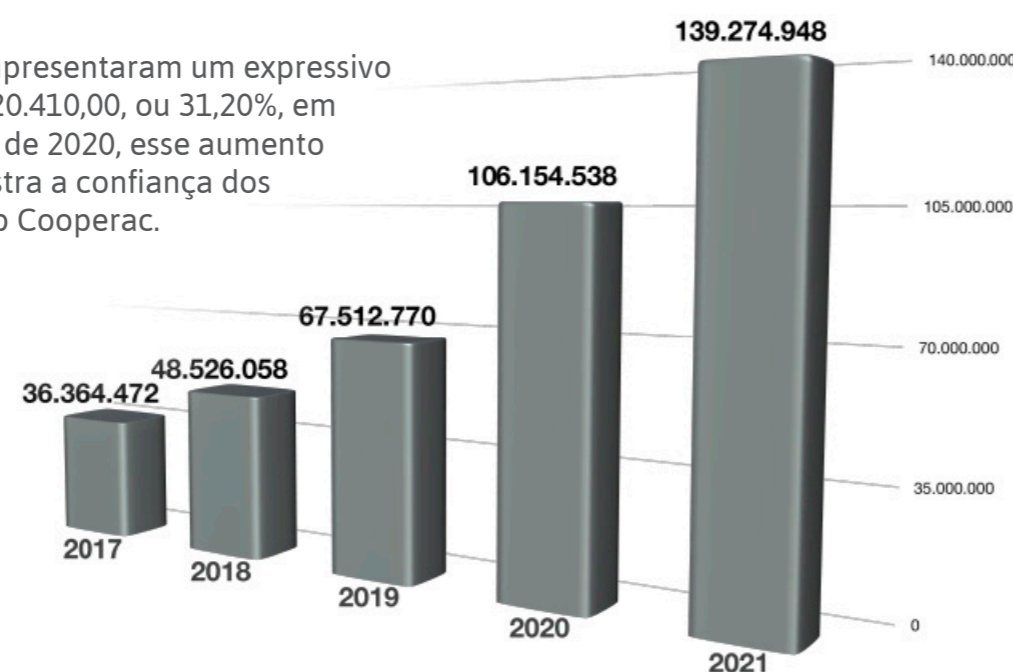
De acordo com o artigo 19, da Resolução nº 4.677/2018 do BACEN, o limite de exposição por cooperado ou grupo de pessoas agindo isoladamente ou em conjunto, representando interesse econômico comum, excetuado o vínculo decorrente exclusivamente da associação a uma mesma cooperativa, não deve ser superior a 25% do patrimônio de referência, no caso das cooperativas de crédito singulares filiadas à Central.



GRÁFICOS DO DESEMPENHO FINANCEIRO

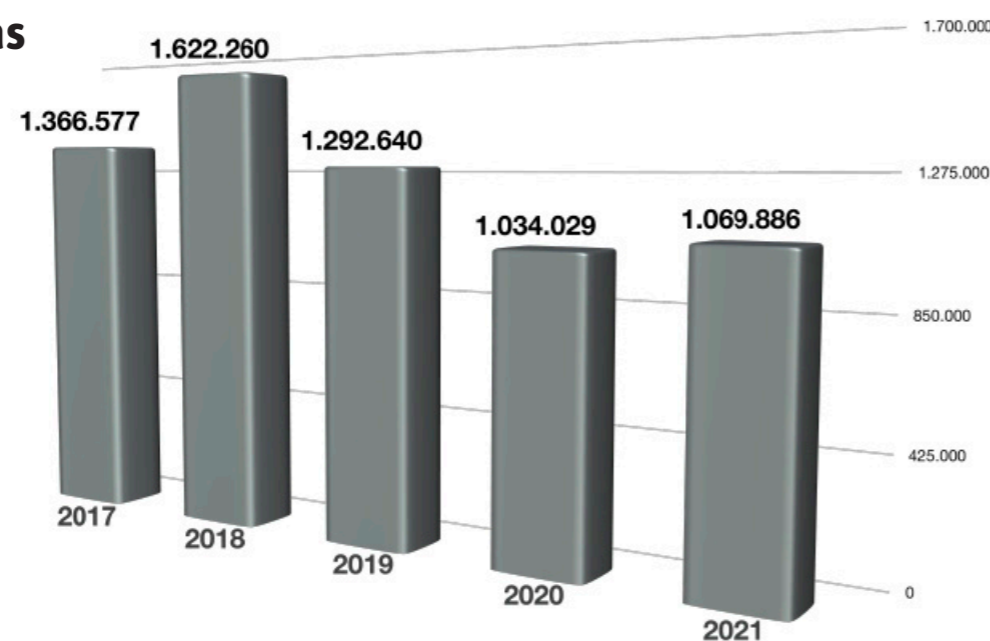
Depósitos Totais

Os depósitos totais apresentaram um expressivo aumento de R\$ 33.120.410,00, ou 31,20%, em relação ao exercício de 2020, esse aumento exponencial demonstra a confiança dos associados no Sicoob Cooperac.



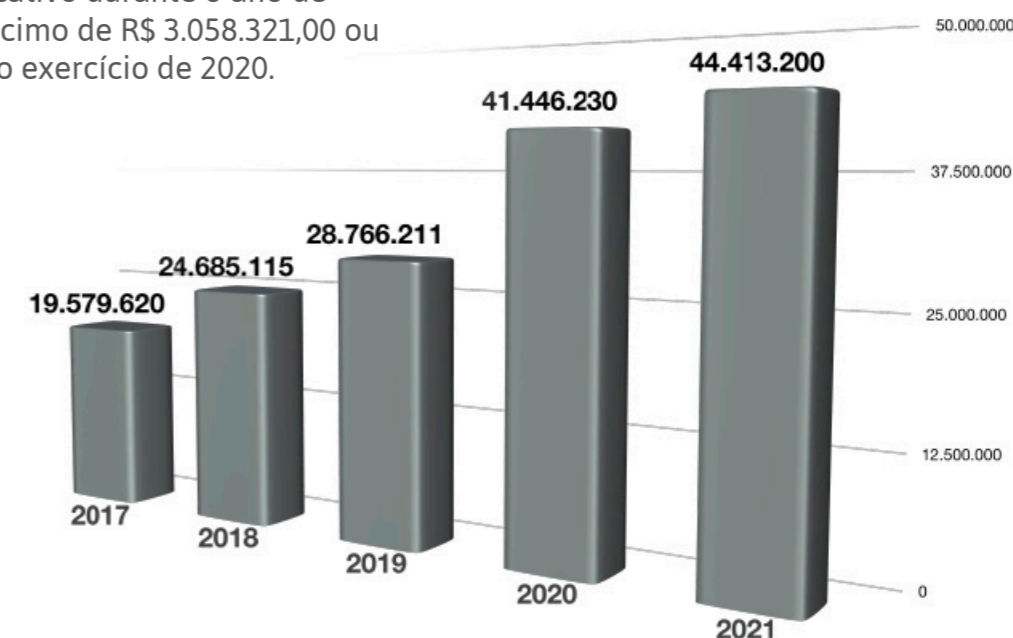
Sobras Líquidas

As Sobras Líquidas da Cooperativa apresentaram um aumento de R\$ 35.857,00 ou 3,47%, em relação ao exercício de 2020.



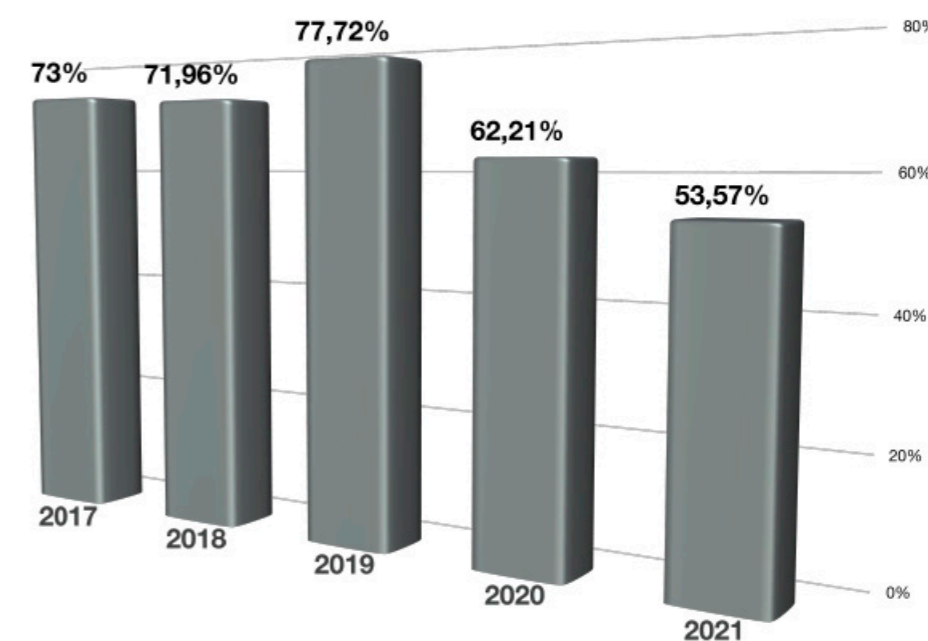
Operações de Crédito

A carteira de operações de Crédito apresentou um aumento significativo durante o ano de 2021, com um acréscimo de R\$ 3.058.321,00 ou 7,40% em relação ao exercício de 2020.



Centralização Financeira

Conforme Política de Risco de Mercado e Liquidez do Sicoob, as filiadas com convênio deverão manter 30% na centralização financeira média.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Política operacional

Em 2021 o SICOOB COOPERAC completou 15 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de resultados

No exercício de 2021, o SICOOB COOPERAC obteve um resultado de R\$ 968.184,95, após as destinações, representando um retorno anual de 5,85sobre o patrimônio líquido.

3. Ativos

Os recursos depositados na centralização financeira e títulos e valor mobiliários somaram R\$ 113.238.037,25. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 41.920.094,24. A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira comercial	R\$ 41.920.094,24	100,00 %
--------------------	-------------------	----------

Os vinte maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2021 o percentual de 23,17% da carteira, no montante de R\$ 11.429.714,49.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 139.274.948,04, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 31,20%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à vista	R\$ 58.228.668,46	41,81%
Depósitos sob aviso prévio	R\$ 148.708,30	0,11%
Depósitos a prazo	R\$ 80.897.571,28	58,08%

Os vinte maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2021 o percentual de 24,26% da captação, no montante de R\$ 33.935.667,94.

5. Patrimônio de referência

No exercíco de 2021, o patrimônio de referência do SICOOB COOPERAC é de R\$ 14.821.466,46. O quadro de cooperados era de 7.707 havendo um acréscimo de 20,57% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do “RATING” (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações. O SICOOB COOPERAC adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 91,34% nos níveis de “AA” a “C”.

7. Governança corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão. A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia. A gestão da central está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da central no seu dia a dia. A cooperativa possui um agente de controles internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECRESP, que, por sua vez, faz as auditorias internas. Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa. Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar às filiadas e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho fiscal

Eleito a cada três anos, com mandato até a AGO de 2024, o conselho fiscal tem função complementar à (do conselho de administração ou da diretoria). Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da central, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB COOPERAC aderiram, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Código de ética

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2021, a ouvidoria do SICOOB registrou 21 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito. Das 21 reclamações, 10 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos colaboradores pela dedicação.

Ribeirão Preto/SP, 14 de março de 2022.

Conselho de Administração



RELATÓRIO ANUAL

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (EM MILHARES DE REAIS)

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2021 E DE 2020 - Em milhares de reais

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		160.313.828,65	124.574.302,25
DISPONIBILIDADES	4	1.761.192,19	1.400.439,94
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		158.140.234,75	123.507.473,14
Títulos e Valores Mobiliários	5	113.237.333,18	81.515.693,50
Relações Interfinanceiras	6	704,07	447.313,26
Centralização Financeira		704,07	447.313,26
Operações de Crédito	7	44.413.199,76	41.354.875,75
Outros Ativos Financeiros	8	488.997,74	189.590,63
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(2.618.665,82)	(2.480.760,39)
(-) Operações de Crédito	7	(2.493.105,52)	(2.410.521,90)
(-) Outras	8.1	(125.560,30)	(70.238,49)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	9	20.183,66	84.137,07
OUTROS ATIVOS	10	118.698,74	193.348,65
INVESTIMENTOS	11	1.778.998,81	935.237,57
IMOBILIZADO DE USO	12	1.764.562,94	1.639.864,38
INTANGÍVEL	13	6.999,00	67.204,74
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	12	(658.375,62)	(772.642,85)
TOTAL DO ATIVO		160.313.828,65	124.574.302,25
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		160.313.828,65	124.574.302,25
DEPÓSITOS	14	139.274.948,04	106.154.538,10
Depósitos à Vista		58.228.668,46	49.473.057,67
Depósitos Sob Aviso		148.708,30	146.326,25
Depósitos à Prazo		80.897.571,28	56.535.154,18
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.697.133,21	2.168.794,66
Relações Interfinanceiras	15	350.118,91	-
Repasse Interfinanceiros		350.118,91	-
Outros Passivos Financeiros	16	1.347.014,30	2.168.794,66
PROVISÕES	18	124.594,75	92.801,95
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	19	301.028,61	222.028,43
OUTROS PASSIVOS	20	2.375.344,32	1.619.569,46
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.540.779,72	14.316.569,65
CAPITAL SOCIAL	21	10.538.014,69	8.754.505,49
RESERVAS DE SOBRAS		5.034.580,08	4.528.034,26
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	21.e	968.184,95	1.034.029,90
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		160.313.828,65	124.574.302,25

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADO EM 31/12/2021 E DE 2020 Em milhares de reais

	Notas	2 ° Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		7.790.463,52	13.069.166,08	9.599.589,94
Operações de Crédito	24	4.634.573,96	8.747.738,25	7.918.093,07
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5.a	3.155.889,56	4.321.427,83	1.681.496,87
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	25	(3.173.520,52)	(4.473.591,17)	(2.664.866,50)
Operações de Captação no Mercado	14d	(2.350.611,90)	(3.189.246,24)	(1.262.083,19)
Operações de Empréstimos e Repasses	-	-	-	(2.870,01)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(822.908,62)	(1.284.344,93)	(1.399.913,30)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		4.616.943,00	8.595.574,91	6.934.723,44
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(4.109.869,31)	(7.351.665,99)	(5.751.974,87)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	26	2.138.601,21	4.023.255,18	3.576.751,96
Rendas de Tarifas	27	424.095,50	902.935,66	1.265.164,98
Dispêndios e Despesas de Pessoal	28	(3.443.680,55)	(6.300.664,15)	(5.206.302,52)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	29	(3.532.678,37)	(6.622.950,97)	(6.186.204,97)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(60.433,29)	(116.253,06)	(102.411,01)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	30	551.985,40	1.015.990,72	1.012.069,41
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	31	(187.759,21)	(253.979,37)	(111.042,72)
PROVISÕES	32	(11.650,22)	(35.292,80)	(24.140,65)
Provisões/Reversões para Contingências		(3.500,00)	(3.500,00)	(3.233,31)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(8.150,22)	(31.792,80)	(20.907,34)
RESULTADO OPERACIONAL		495.423,47	1.208.616,12	1.158.607,92
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	33	28.031,56	38.371,69	36.095,61
Ganhos de Capital		28.031,56	38.371,69	36.346,34
(-) Perdas de Capital	-	-	-	(250,73)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		523.455,03	1.246.987,81	1.194.703,53
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(116.125,46)	(116.125,46)	(84.060,69)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(57.746,18)	(57.746,18)	(43.537,93)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(58.379,28)	(58.379,28)	(40.522,76)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(323.897,18)	(323.897,18)	(264.178,02)

RELATÓRIO ANUAL

SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		83.432,39	806.965,17	846.464,82
JUROS AO CAPITAL	23	(105.241,18)	(105.241,18)	(53.927,44)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		(21.808,79)	701.723,99	792.537,38
DESTINAÇÕES LEGAIS, ESTATUTÁRIAS E OUTROS EVENTOS		266.460,96	266.460,96	241.492,52
FATES	21.e	(70.172,40)	(70.172,40)	(129.253,74)
Fundo de Reserva	21.e	(70.172,40)	(70.172,40)	(129.253,74)
Reversões de Reservas/Fundos	21.c	508.507,20	508.507,20	500.000,00
SOBRAS DO PERÍODO À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA	21.e	346.353,61	1.069.886,39	1.034.029,90

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31/12/2021 E DE 2020

Em milhares de reais

	Notas	2 ° Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		523.455,03	1.246.987,81	1.194.703,53
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		(59.703,05)	(59.703,05)	(22.636,48)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		822.908,62	1.284.344,93	1.399.913,30
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		8.150,22	31.792,80	20.907,34
Provisões/Reversões para Contingências		3.500,00	3.500,00	3.233,31
Depreciações e Amortizações		87.087,93	164.520,91	129.999,06
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		1.385.398,75	2.671.443,40	2.726.120,06

Aumento (redução) em ativos operacionais			
Operações de Crédito	(1.069.491,47)	(4.092.435,95)	(13.221.718,57)
Outros Ativos Financeiros	(330.135,55)	(411.734,67)	(93.404,95)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	97.976,02	63.953,41	(3.847,90)
Outros Ativos	201.608,86	74.649,91	14.367,50
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos à Vista	7.542.366,06	8.755.610,79	20.808.103,09
Depósitos sob Aviso	4.453,32	2.382,05	(29.427,08)
Depósitos à Prazo	12.013.500,22	24.362.417,10	17.863.091,66
Relações Interfinanceiras	350.118,91	350.118,91	(322.649,05)
Outros Passivos Financeiros	1.209.586,56	(821.780,36)	941.475,91
Provisões	(3.500,00)	(3.500,00)	(3.233,31)

Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	126.605,04	79.000,18	66.684,95
Outros Passivos	(404.373,11)	326.636,50	(12.156,25)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES	-	(140.000,00)	(452.424,02)
FATES - Atos Cooperativos	(121.023,12)	(121.023,12)	(129.253,74)
Imposto de Renda	(57.746,18)	(57.746,18)	(43.537,93)
Contribuição Social	(58.379,28)	(58.379,28)	(40.522,76)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	20.886.965,03	30.979.612,69	28.067.667,61

Atividades de Investimentos			
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	59.703,05	59.703,05	22.636,48
Aquisição de Intangível	-	-	(731,12)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(291.160,96)	(343.280,96)	(249.136,11)
Aquisição de Investimentos	(626.932,55)	(843.761,24)	(126.019,27)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(858.390,46)	(1.127.339,15)	(353.250,02)

Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	1.474.453,69	2.457.415,80	1.246.755,13
Devolução de Capital à Cooperados	(221.639,51)	(776.557,97)	(301.892,58)
Estorno de Capital	(600,00)	(600,00)	(820,09)
Distribuição de sobras para associados	-	-	(751,85)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	103.251,37	103.251,37	52.949,70
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	1.355.465,55	1.783.509,20	996.240,31

AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		21.384.040,12	31.635.782,74	28.710.657,90
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	4	93.615.189,32	83.363.446,70	54.652.788,80
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	114.999.229,44	114.999.229,44	83.363.446,70
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		21.384.040,12	31.635.782,74	28.710.657,90

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM 31/12/2021 E DE 2020 E 2019

Em milhares de reais

Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA EXPANSÃO	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
-------	-------------------	--------------------	---------------	------------------------	-----------------------------	--------

RELATÓRIO ANUAL

Saldos em 31/12/2019	7.750.897,96	(332.848,80)	4.398.780,52	0,00	1.292.640,04	13.109.469,72	
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Ao FATES	0,00	0,00	0,00	0,00	(452.424,02)	(452.424,02)	
Distribuição de sobras para associados	339.464,17	0,00	0,00	0,00	(340.216,02)	(751,85)	
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	1.337.684,04	(90.928,91)	0,00	0,00	0,00	1.246.755,13	
Por Devolução (-)	(301.892,58)	0,00	0,00	0,00	0,00	(301.892,58)	
Estorno de Capital	(820,09)	0,00	0,00	0,00	0,00	(820,09)	
Sobras ou Perdas do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	846.464,82	846.464,82	
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	(53.927,44)	(53.927,44)	
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	52.949,70	0,00	0,00	0,00	0,00	52.949,70	
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva	21.e	0,00	0,00	129.253,74	0,00	(129.253,74)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	21.e	0,00	0,00	0,00	0,00	(129.253,74)	(129.253,74)
Saldos em 31/12/2020	9.178.283,20	(423.777,71)	4.528.034,26	0,00	1.034.029,90	14.316.569,65	

Saldos em 31/12/2020		9.178.283,20	(423.777,71)	4.528.034,26	0,00	1.034.029,90	14.316.569,65
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Ao FATES	21.d	0,00	0,00	0,00	0,00	(140.000,00)	(140.000,00)
Constituição de Reservas	21.d	0,00	0,00	0,00	894.029,90	(894.029,90)	0,00
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		2.661.138,87	(203.723,07)	0,00	0,00	0,00	2.457.415,80
Por Devolução (-)		(776.557,97)	0,00	0,00	0,00	0,00	(776.557,97)
Estorno de Capital		(600,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(600,00)
Reversões de Fundos		0,00	0,00	0,00	(508.507,20)	508.507,20	0,00
Sobras ou Perdas do Período		0,00	0,00	0,00	0,00	806.965,17	806.965,17
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	23	0,00	0,00	0,00	0,00	(105.241,18)	(105.241,18)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		103.251,37	0,00	0,00	0,00	0,00	103.251,37
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva	21.e	0,00	0,00	70.172,40	0,00	-70.172,40	0,00
FATES - Atos Cooperativos	21.e	0,00	0,00	0,00	0,00	-70.172,40	-70.172,40
Saldos em 31/12/2021		11.165.515,47	(627.500,78)	4.598.206,66	385.522,70	1.069.886,39	16.591.630,44

Saldos em 30/06/2021	9.701.389,92	(518.840,78)	4.528.034,26	894.029,90	723.532,78	15.328.146,08
----------------------	--------------	--------------	--------------	------------	------------	---------------

Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		1.583.113,69	(108.660,00)	0,00	0,00	0,00	1.474.453,69
Por Devolução (-)		(221.639,51)	0,00	0,00	0,00	0,00	(221.639,51)
Estorno de Capital		(600,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(600,00)
Reversões de Fundos	21.c	0,00	0,00	0,00	(508.507,20)	508.507,20	0,00
Sobras ou Perdas do Período		0,00	0,00	0,00	0,00	83.432,39	83.432,39
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	23	0,00	0,00	0,00	0,00	(105.241,18)	(105.241,18)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		103.251,37	0,00	0,00	0,00	0,00	103.251,37
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva	21.e	0,00	0,00	70.172,40	0,00	-70.172,40	0,00
FATES - Atos Cooperativos	21.e	0,00	0,00	0,00	0,00	-70.172,40	-70.172,40
Saldos em 31/12/2021		11.165.515,47	(627.500,78)	4.598.206,66	385.522,70	1.069.886,39	16.591.630,44
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis							

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE EM 31/12/2021 E DE 2020

Em milhares de reais

	Notas	2 ° Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		83.432,39	806.965,17	846.464,82
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	83.432,39	806.965,17	846.464,82	

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

1. Contexto Operacional
A **CECM - SICOOB COOPERAC - SICOOB COOPERAC** é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **07/06/2006**, filiada à **CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO – SICOOB CENTRAL CECRESP** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito. O **SICOOB COOPERAC**, sediado à **RUA SÃO SEBASTIÃO, Nº 675, CENTRO, RIBEIRÃO PRETO - SP**, possui 5 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **TAQUAR-ITINGA - SP, RIBEIRÃO PRETO - SP e LUÍS ANTÔNIO - SP**.

O **SICOOB COOPERAC** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:
(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do



RELATÓRIO ANUAL

Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua aprovação foi realizada pela Administração em 14/02/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu, a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

- i) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;
- ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;
- iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;
- iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa: Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior; inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. A norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entram em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano de contas para implementação desse normativo, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional. Quanto aos demais dispositivos, entram em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A CECM - SICOOB COOPERAC junto a seus associados, empregados e a comunidade estão contribuindo para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade. De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica. As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CECRESP e ações do BANCO SICOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

RELATÓRIO ANUAL

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

u) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2021 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

y) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários	1.533.635,19	1.144.074,49
Títulos e Valores Mobiliários	113.237.333,18	81.515.693,50
Relações interfinanceiras - centralização financeira	704,07	447.313,26
Numerários em trânsito	227.557,00	256.365,45
TOTAL	114.999.229,44	83.363.446,70

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECRESP.

5. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:



Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos de Renda Fixa	93.983.595,41	-	66.360.256,52	-
Cotas de Fundos de Investimento	19.253.737,77	-	15.155.436,98	-
TOTAL	113.237.333,18	-	81.515.693,50	-

(a) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Recibos de Depósitos Interbancários – RDI, no SICOOB CENTRAL CECRESP.

Abaixo o resultado auferido com Títulos e Valores Mobiliários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Títulos de Renda Fixa	2.391.240,76	3.223.127,04	1.530.438,20
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	764.648,80	1.098.300,79	151.058,67
TOTAL	3.155.889,56	4.321.427,83	1.681.496,87

6. Relações Interfinanceiras Ativas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as outras relações interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Relações interfinanceiras - centralização financeira	704,07	-	447.313,26	-
TOTAL	704,07	-	447.313,26	-

7. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	28.000.343,13	12.652.354,69	40.652.697,82	20.980.459,30	17.614.594,87	38.595.054,17
Financiamentos	1.282.504,33	2.127.878,70	3.410.383,03	1.058.260,01	1.701.561,57	2.759.821,58
Financiamentos Rurais	97.305,27	252.813,64	350.118,91	-	-	-
Total de Operações de Crédito	29.380.152,73	15.033.047,03	44.413.199,76	22.038.719,31	19.316.156,44	41.354.875,75
(-) Provisões para Operações de Crédito	(1.448.956,29)	(1.044.149,23)	(2.493.105,52)	(1.228.445,19)	(1.182.076,71)	(2.410.521,90)
TOTAL	27.931.196,44	13.988.897,80	41.920.094,24	20.810.274,12	18.134.079,73	38.944.353,85

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA	-	Normal	4.562.232,96	0,00	0,00	4.562.232,96		5.865.143,11	
A	0,5%	Normal	15.450.823,20	440.039,78	350.118,91	16.240.981,89	(81.204,91)	12.890.154,18	(64.450,77)
B	1%	Normal	10.603.204,03	2.127.112,74	0,00	12.730.316,77	(127.303,17)	11.651.897,92	(116.518,98)
B	1%	Vencidas	12.119,01	0,00	0,00	12.119,01	(121,19)	9.549,25	(95,49)
C	3%	Normal	6.143.482,78	804.549,85	0,00	6.948.032,63	(208.440,98)	7.116.819,91	(213.504,60)
C	3%	Vencidas	234.877,13	0,00	0,00	234.877,13	(7.046,31)	70.287,73	(2.108,63)
D	10%	Normal	769.792,67	38.680,66	0,00	808.473,33	(80.847,33)	857.026,20	(85.702,62)
D	10%	Vencidas	151.923,12	0,00	0,00	151.923,12	(15.192,31)	93.005,08	(9.300,51)
E	30%	Normal	282.871,28	0,00	0,00	282.871,28	(84.861,38)	293.479,66	(88.043,90)
E	30%	Vencidas	319.781,38	0,00	0,00	319.781,38	(95.934,41)	126.767,71	(38.030,31)
F	50%	Normal	351.376,31	0,00	0,00	351.376,31	(175.688,16)	572.541,70	(286.270,85)

RELATÓRIO ANUAL

F	50%	Vencidas	194.592,40	0,00	0,00	194.592,40	(97.296,20)	206.727,23	(103.363,62)
G	70%	Normal	53.865,77	0,00	0,00	53.865,77	(37.706,04)	117.606,41	(82.324,49)
G	70%	Vencidas	134.308,32	0,00	0,00	134.308,32	(94.015,82)	543.543,87	(380.480,71)
H	100%	Normal	168.670,80	0,00	0,00	168.670,80	(168.670,80)	416.129,73	(416.129,73)
H	100%	Vencidas	1.218.776,66	0,00	0,00	1.218.776,66	(1.218.776,66)	524.196,06	(524.196,06)
Total Normal			38.386.319,80	3.410.383,03	350.118,91	42.146.821,74	(964.722,77)	39.780.798,82	(1.352.945,94)
Total Vencidos			2.266.378,02	0,00	0,00	2.266.378,02	(1.528.382,90)	1.574.076,93	(1.057.575,33)
Total Geral			40.652.697,82	3.410.383,03	350.118,91	44.413.199,76	(2.493.105,67)	41.354.875,75	(2.410.521,27)
Provisões			(2.439.879,03)	(51.475,90)	(1.750,59)	(2.493.105,52)		(2.410.521,90)	
Total Líquido			38.212.818,79	3.358.907,13	348.368,32	41.920.094,24		38.944.353,85	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	13.460.504,22	14.539.838,91	12.652.354,69	40.652.697,82
Financiamentos	341.428,22	941.076,11	2.127.878,70	3.410.383,03
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	9.792,96	87.512,31	252.813,64	350.118,91
TOTAL	13.811.725,40	15.568.427,33	15.033.047,03	44.413.199,76

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2021	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	1.829.882,45	595.506,63	0,00	2.425.389,08	5,46%
Setor Privado - Indústria	23.020,03	0,00	0,00	23.020,03	0,05%
Setor Privado - Serviços	35.885.074,64	2.515.768,12	350.118,91	38.750.961,67	87,25%
Pessoa Física	2.914.720,70	299.108,28	0,00	3.213.828,98	7,24%
TOTAL	40.652.697,82	3.410.383,03	350.118,91	44.413.199,76	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(2.410.521,90)	(1.673.064,07)
Constituições	(3.146.697,61)	(3.972.966,17)
Reversões	2.030.002,05	2.624.862,50
Transferência para prejuízo no período	1.034.111,94	610.645,84
Saldo Final	(2.493.105,52)	(2.410.521,90)

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	1.678.207,38	3,77%	1.678.207,38	4,05%
10 Maiores Devedores	7.792.816,41	17,51%	6.624.708,16	16,00%
50 Maiores Devedores	17.090.464,26	38,40%	15.471.872,99	37,37%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	4.968.330,98	4.656.804,46
Valor das operações transferidas no período	2.224.712,96	1.816.062,17
Valor das operações recuperadas no período	(1.374.022,01)	(1.504.535,65)

Saldo Final	5.819.021,93	4.968.330,98
-------------	--------------	--------------

8. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	178.567,72	-	91.354,01	-
Rendas a Receber (b)	288.978,04	-	92.472,86	-
Títulos e Créditos a Receber (c)	21.451,98	-	5.763,76	-
TOTAL	488.997,74	-	189.590,63	-

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo BANCO SICOOB, em virtude de coobrigação contratual;
(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Convênios (R\$ 34.150,93), Rendas de Cartões (R\$ 96.221,87) e outros (R\$ 158.605,24);
(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 21.451,98).

8.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.
(a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(125.560,30)	-	(70.238,49)	-
TOTAL	(125.560,30)	-	(70.238,49)	-

(b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
E	30%	Normal	17.097,42	17.097,42	(5.129,23)	8.448,84	(2.534,65)
E	30%	Vencidas	40.933,87	40.933,87	(12.280,16)	20.395,36	(6.118,61)
F	50%	Normal	7.256,91	7.256,91	(3.628,46)	0,00	0,00
F	50%	Vencidas	10.971,61	10.971,61	(5.485,81)	0,00	0,00
G	70%	Vencidas	10.904,23	10.904,23	(7.632,96)	3.081,95	(2.157,37)
H	100%	Normal	0,00	0,00	0,00	80,00	(80,00)
H	100%	Vencidas	91.403,68	91.403,68	(91.403,68)	59.347,86	(59.347,86)
Total Normal			24.354,33	24.354,33	(8.757,69)	8.528,84	(2.614,65)
Total Vencidos			154.213,39	154.213,39	(116.802,61)	82.825,17	(67.623,84)
Total Geral			178.567,72	178.567,72	(125.560,30)	91.354,01	(70.238,49)
Provisões			(125.560,29)	(125.560,29)		(70.238,49)	
Total Líquido			53.007,43	53.007,43		21.115,52	

9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	20.183,66	-	84.137,07	-
TOTAL	20.183,66	-	84.137,07	-

RELATÓRIO ANUAL

10. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	27.628,40	-	18.043,33	-
Devedores Diversos – País (a)	31.043,27	-	133.495,10	-
Material em Estoque	906,50	-	958,00	-
Despesas Antecipadas (b)	59.120,57	-	30.729,22	-
TOTAL	118.698,74	-	193.348,65	-

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$ R\$ 15.584,60) e outros (R\$ 15.458,67);

(b) Registram-se ainda, no grupo, as despesas antecipadas referentes aos prêmios de seguros.

11. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Participação em Cooperativa Central De Crédito	1.778.998,81	935.237,57
TOTAL	1.778.998,81	935.237,57

(a) O saldo é representado, substancialmente, por quotas do SICOOB CENTRAL CECRESP.

12. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Imobilizado em Curso (a)		77.164,48	-
Instalações	10%	208.280,08	273.186,40
Móveis e equipamentos de Uso	10%	813.843,28	705.768,37
Sistema de Comunicação	20%	-	3.000,00
Sistema de Processamento de Dados	20%	507.125,08	492.921,55
Sistema de Segurança	10%	64.984,52	75.842,99
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		93.165,50	89.145,07
Total de Imobilizado de Uso		1.764.562,94	1.639.864,38
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(59.950,04)	(105.685,36)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(523.221,99)	(524.007,74)
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		-	(99,58)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(68.222,09)	(77.350,14)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(651.394,12)	(707.142,82)
TOTAL		1.113.168,82	932.721,56

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

13. Intangível

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o intangível estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sistemas De Processamento De Dados	6.999,00	64.714,74
Marcas	-	2.490,00
Total de Intangível	6.999,00	67.204,74
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(6.981,50)	(65.500,03)

RELATÓRIO ANUAL

Total de Amortização de ativos Intangíveis	(6.981,50)	(65.500,03)
TOTAL	17,50	1.704,71

14. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista (a)	58.228.668,46	-	49.473.057,67	-
Depósito Sob Aviso (b)	148.708,30	-	146.326,25	-
Depósito a Prazo (b)	80.897.571,28	-	56.535.154,18	-
TOTAL	139.274.948,04	-	106.154.538,10	-

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “pro rata temporis”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ, com exceção de contas conjuntas tem seu valor dividido pelo número de titulares, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas de crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme determinação da Resolução CMN nº 4.933/21. O registro do FGCoop, conforme regulamentado, passa a ser em “Dispêndios de captação no mercado”.

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	4.138.183,25	2,96%	2.898.015,78	2,68%
10 Maiores Depositantes	23.867.368,34	17,05%	17.954.084,38	16,63%
50 Maiores Depositantes	53.110.411,31	37,95%	41.558.893,80	38,50%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(4.453,32)	(6.300,71)	(4.394,63)
Despesas de Depósitos a Prazo	(2.248.472,84)	(3.004.767,25)	(1.134.762,66)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(97.685,74)	(178.178,28)	(122.925,90)
TOTAL	(2.350.611,90)	(3.189.246,24)	(1.262.083,19)

15. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2021		31/12/2020	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Bancoob	7,5 a.a.	05/02/2025	118.262,28	273.479,39	-	-
(-) Despesas a Apropriar Bancoob			(20.957,01)	(20.665,75)	-	-
TOTAL			97.305,27	252.813,64	-	-

b) Despesas de Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Outras Instituições	-	-	(2.870,01)
TOTAL	-	-	(2.870,01)

16. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estavam

RELATÓRIO ANUAL

assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	1.282.320,01	2.130.670,02
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	49.500,84	37.421,79
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	15.193,45	702,85
TOTAL	1.347.014,30	2.168.794,66

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a Ordens de Pagamento (R\$ 1.282.320,01);
(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R\$ 15.066,57) e outros (R\$ 126,88).

17. Instrumentos Financeiros

O **SICCOB COOPERAC** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.
Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.
Nos períodos findos em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

18. Provisões

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	112.862,23	11.732,52	81.015,36	11.786,59
TOTAL	112.862,23	11.732,52	81.015,36	11.786,59

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Coobrigações Prestadas	7.236.836,48	5.306.154,86
TOTAL	7.236.836,48	5.306.154,86

19. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	65.068,62	-	21.278,39	-
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	19.978,48	-	11.953,65	-
Impostos e Contribuições sobre Salários	185.372,13	-	171.614,75	-
Outros	30.609,38	-	17.181,64	-
TOTAL	301.028,61	-	222.028,43	-

20. Outros Passivos

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias	998.958,41	-	602.091,12	-
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	116.314,49	-	110.270,54	-
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (b)	839.860,58	-	639.335,27	-

RELATÓRIO ANUAL

Credores Diversos - País (c)	420.210,84	-	267.872,53	-
TOTAL	2.375.344,32	-	1.619.569,46	-

(a) A seguir a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Participações nas Sobras (a.3)	323.897,18	-	263.191,48	-
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	552.717,02	-	175.161,04	-
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.1)	122.344,21	-	163.738,60	-
TOTAL	998.958,41	-	602.091,12	-

(a.1) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.
(a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;
(a.3) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e convenção coletiva, a cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nas sobras.
(b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas de Pessoal (R\$ 458.324,30), Custos de Transações Interfinanceiras (R\$ 187.156,38), Seguros a Recolher (R\$ 30.964,66) Provisão de Despesas Com Cartões (R\$ 41.374,31), e outros (R\$ 122.040,93).
(c) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar **BANCO SICCOB** (R\$ 3.418,26), Saldos Credores - Encerramento C/C (R\$ 3.792,68), Cheques Depositados (R\$ 39.754,41), Credores Diversos-Liquidação Cobrança (R\$ 856,03), pendências a regularizar (R\$ 366.589,00) e diferença de caixa (R\$ 5.800,46).

21. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada coopera- do tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	10.538.014,69	8.754.505,49
Associados	7.707	6.392

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, cujo saldo no exercício findo 31/12/2021 foi de R\$ 4.649.057,38.

c) Reserva de Expansão

Constituída conforme deliberação AGO realizada em 31/3/2021 no percentual de 86,46% das sobras líquidas do exercício de 2020, no valor de R\$ 894.029,90, com o objetivo de promover o desenvolvimento regional dos negócios da cooperativa.
Houve a reversão parcial do Fundo de Expansão no valor de R\$ 508.507,20, havendo um saldo residual de R\$ 385.522,70 em 31/12/2021.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibili- dade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 31/3/2021, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2020** da seguinte forma:

- 13,54% para o Fates, no valor de R\$ 140.000,00;
- 86,46% para o Fundo de Expansão, no valor de R\$ 894.029,90.

e) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sobra líquida do exercício	701.723,99	792.537,38
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-	-
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	701.723,99	792.537,38
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10%	(121.023,12)	(129.253,74)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(121.023,12)	(129.253,74)



Símbolo de orientação

RELATÓRIO ANUAL

Sobra ou perdas acumuladas em 2021 / 2020	459.677,75	534.029,90
Reversão de reserva de expansão	508.507,20	500.000,00
Sobra à disposição da Assembleia Geral	968.184,95	1.034.029,90

22. Resultado de Atos Não Cooperativos
O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Receita de prestação de serviços	1.470.475,44	1.335.642,97
Despesas específicas de atos não cooperativos	(254.854,83))	(156.784,37)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(915.243,01)	(890.875,02)
Resultado operacional	300.377,60	287.983,58
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	38.371,69	36.095,61
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	338.749,29	324.079,19
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)		
Ajustes do Resultado com não associados (IRPJ/CSLL)	(116.125,46)	-
Total de receitas de vendas de seguros com associados (Resolução Sicoob Conf. 129/16)	(662.380,900)	(849.063,48)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(439.757,07)	(524.984,29)

23. Juros ao Capital Próprio
A Cooperativa pagou juros ao capital próprio com o objetivo de remunerar o capital do associado em percentual de 25% da taxa referencial Selic para o exercício de 2021, no montante de R\$ 105.241,18. Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.706/2018.

24. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	122.392,88	214.340,97	131.476,86
Rendas de Empréstimos	3.376.612,66	6.358.048,15	5.618.616,89
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	804.488,86	1.601.017,45	1.526.620,60
Rendas de Financiamentos	236.851,24	448.296,96	359.605,32
Rendas de Financ. Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	-	-	3.425,46
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	94.228,32	126.034,72	278.347,94
TOTAL	4.634.573,96	8.747.738,25	7.918.093,07

25. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas De Captação	(2.350.611,90)	(3.189.246,24)	(1.262.083,19)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	-	-	(2.870,01)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	569.734,49	1.103.866,91	1.467.829,60
Reversões de Provisões para Outros Créditos	485,77	4.821,86	13.953,63
Provisões para Operações de Crédito	(1.282.386,73)	(2.220.562,47)	(2.783.050,47)
Provisões para Outros Créditos	(110.742,15)	(172.471,23)	(98.646,06)
TOTAL	(3.173.520,52)	(4.473.591,17)	(2.664.866,50)

26. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Cobrança	1.292.127,97	2.582.975,23	2.608.011,36
Rendas de Outros Serviços	846.473,24	1.440.279,95	968.740,60



Símbolo de orientação

TOTAL	2.138.601,21	4.023.255,18	3.576.760,96
--------------	---------------------	---------------------	---------------------

27. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	2.884,00	2.947,00	-
Rendas de Serviços Prioritários - PF	23.037,72	58.897,83	101.337,74
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	10.563,13	20.554,61	17.812,62
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	387.610,65	820.536,22	1.146.014,62
TOTAL	424.095,50	902.935,66	1.265.164,98

28. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(37.800,00)	(70.500,00)	(72.000,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(362.757,45)	(702.913,88)	(696.334,67)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(727.579,05)	(1.295.473,80)	(814.026,38)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(665.424,90)	(1.208.299,31)	(1.018.260,72)
Despesas de Pessoal - Proventos	(1.644.049,95)	(2.989.642,91)	(2.566.941,15)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(6.069,20)	(33.834,25)	(38.739,60)
TOTAL	(3.443.680,55)	(6.300.664,15)	(5.206.302,52)

29. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(60.873,46)	(113.010,65)	(72.135,98)
Despesas de Aluguéis	(291.632,89)	(537.499,43)	(473.881,74)
Despesas de Comunicações	(277.009,49)	(520.200,76)	(436.828,38)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(169.165,86)	(309.630,11)	(544.246,69)
Despesas de Material	(20.174,06)	(30.982,21)	(70.806,37)
Despesas de Processamento de Dados	(349.807,24)	(692.827,03)	(597.798,53)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(53.131,02)	(102.836,10)	(102.532,01)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(32.515,30)	(79.881,83)	(83.016,85)
Despesas de Seguros	(48.391,57)	(87.789,37)	(41.548,57)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(706.358,74)	(1.275.481,24)	(1.154.357,29)
Despesas de Serviços de Terceiros	(403.706,79)	(734.114,32)	(600.141,85)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(259.980,18)	(471.521,53)	(435.661,70)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(86.372,31)	(176.572,65)	(125.022,74)
Despesas de Transporte	(176.133,81)	(339.742,09)	(430.334,42)
Despesas de Viagem no País	(23.678,39)	(29.308,88)	(8.907,10)
Despesas de Amortização	(630,00)	(1.687,21)	(4.057,42)
Despesas de Depreciação	(86.457,93)	(162.833,70)	(125.941,64)
Outras Despesas Administrativas	(486.659,33)	(957.031,86)	(878.985,69)
TOTAL	(3.532.678,37)	(6.622.950,97)	(6.186.204,97)

30. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	74.505,28	80.239,26	26.539,16

RELATÓRIO ANUAL

Rendas de Repasses Interfinanceiros	16.834,56	34.360,50	8.596,42
Outras rendas operacionais	2.160,29	63.199,84	98.521,97
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirencia	398.782,22	778.488,07	855.775,38
Juros ao Capital Recebidos da Central	59.703,05	59.703,05	22.636,48
TOTAL	551.985,40	1.015.990,72	1.012.069,41

31. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	-	(2.053,02)	(27.155,64)
Outras Despesas Operacionais	(47.197,25)	(64.386,52)	(35.253,19)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(7.452,90)	(11.447,68)	(18.470,67)
Outras Contribuições Diversas	(253,00)	(764,00)	(921,00)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(27.762,35)	(44.527,44)	(16.778,38)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	-	(6.581,22)	(8.933,55)
Perdas - Fraudes Internas	(105.093,71)	(105.093,71)	-
Perdas - Fraudes Externas	-	(19.125,78)	(3.530,29)
TOTAL	(187.759,21)	(253.979,37)	(111.042,72)

32. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Provisões/Reversões para Contingências	(3.500,00)	(3.500,00)	(3.233,31)
Provisões para Custas Judiciais - Cíveis/Trabalhistas	-	-	(3.233,31)
Provisões para Contingências - Sucumbências	(3.500,00)	(3.500,00)	-
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(8.150,22)	(31.792,80)	(20.907,34)
Provisões para Garantias Prestadas	(84.796,79)	(162.012,55)	(113.508,83)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	76.646,57	130.219,75	92.601,49
TOTAL	(11.650,22)	(35.292,80)	(24.140,65)

33. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Ganhos de Capital	28.031,56	38.371,69	36.346,34
(-) Perdas de Capital	-	-	(250,73)
TOTAL	28.031,56	38.371,69	36.095,61

34. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2021.

35. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN nº 4.693/2018. As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica. As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito. As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária. a) Montante das operações ativas e passivas realizadas em 2021: No quadro abaixo são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2021.

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	3.667.113,98	2,38%	4.361,03

P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	292.279,73	0,18%	195,80
TOTAL	3.959.393,71	2,57%	4.556,83
Montante das Operações Passivas	3.114.618,01	3,50%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2021

CPR (física, financeira, coobrigações)			
Empréstimos e Financiamentos			0,29%
Crédito Rural (modalidades)			0,48%
Aplicações Financeiras			3,50%

b) Operações ativas e passivas – saldo em **31/12/2021**:

No quadro abaixo são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31/12/2021.

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	43,86	0,22	0,00%
Conta Garantida	103.063,37	3.081,36	3,91%
Financiamentos Rurais	350.118,91	1.750,59	100,00%
Empréstimos	784.561,28	15.794,31	2,41%
Financiamentos	52.107,26	260,54	1,48%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	2.604.929,35	4,47%	0%
Depósitos a Prazo	5.713.149,45	7,04%	0,75%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Empréstimos	0,84%	31,45
Financiamentos	0,96%	30,47
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	96,68%	56,90

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	1.197,10
Empréstimos	133.463,85
Financiamentos	294.478,86

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2021	31/12/2020
Beneficiários de Outras Coobrigações	355.605,54	76.893,16

f) Em **2021**, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2021 (R\$)		BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)	
Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
INSS Diretoria/Conselheiros	(100.932,42)	(192.822,88)	(143.588,84)

RELATÓRIO ANUAL

Honorários - Diretoria e Conselho de Administração (362.757,45) (702.913,88) (696.334,67)

36. Cooperativa Central

A **CECM - SICOOB COOPERAC - SICOOB COOPERAC**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB CENTRAL CECRESP**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL CECRESP**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL CECRESP** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB COOPERAC responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL CECRESP** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o **SICOOB CENTRAL CECRESP**:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	704,07	447.313,26
Ativo - Investimentos	1.778.998,81	935.237,57
Total das Operações Ativas	1.779.702,88	1.382.550,83

Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o **SICOOB CENTRAL CECRESP**:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rateio de Despesas da Central	(248.513,30)	(550.256,14)	(558.433,25)
Total das Despesas	(248.513,30)	(550.256,14)	(558.433,25)

37. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

37.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

37.2 Risco de Crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;

b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;

c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;

d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;

e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;

f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;

g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;

h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;

i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;

j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;

l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;

m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;

n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

37.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança.

a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;

a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;

a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;

a.5) aplicação de cenários de estresse;

a.6) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWacom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

37.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo: limite mínimo de liquidez; fluxo de caixa projetado;

RELATÓRIO ANUAL

aplicação de cenários de estresse;
definição de planos de contingência.
b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.
São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

37.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:
a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.
As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.
O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

37.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos. As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente. O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

37.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:
a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).
O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem. São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD). Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

38. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

39. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência (PR)	14.821.466,46	13.436.724,78
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	106.356.266,45	94.106.871,19
Índice de Basileia (mínimo 11%) %	13,94%	14,28%
Imobilizado para cálculo do limite	1.113.168,82	932.721,56
Índice de imobilização (limite 50%) %	7,51%	6,94%

Ribeirão Preto/SP, 14 de março de 2022.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo – Sicoob Cooperac, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações de Sobras e Perdas, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, constata estarem os mesmos em perfeita ordem e é de Parecer que estes devem ser aprovados pela Assembleia Geral Ordinária.

Ribeirão Preto, 31 de janeiro de 2022

Fernando Antonio Ramalheiro - Conselheiro Fiscal;
Marcio Pessolo dos Santos - Conselheiro Fiscal;
Moisés de Souza Andrade - Conselheiro Fiscal;

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empresários de Ribeirão Preto e Região- SICOOB COOPERAC Ribeirão Preto - SP
Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empresários de Ribeirão Preto e Região- SICOOB COOPERAC, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB COOPERAC, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

RELATÓRIO ANUAL

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional

e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



São Paulo/SP, 14 de março de 2022.

Ronaldo Reimberg Lima
Contador – CRC 1SP215393/O-1

PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO





RIBEIRÃO PRETO

Rua São Sebastião, 675
Avenida Dom Pedro I, 642
Avenida Nove de Julho, 791
Avenida Saudade, 838

TAQUARITINGA

Rua Prudente de Moraes, 661

LUIZ ANTÔNIO

Rua Manoel Francisco, 145



www.cooperac.com.br

(16) 99324-6524 